

Governo impõe limites à dívida externa

Empresas e bancos estaduais devem ficar longe do mercado internacional para preservar imagem do País

Elson Soares 3/12/96



Franco: "Criteriosa estratégia de reinserção do País no exterior"

O Governo quer manter estados e municípios longe do mercado internacional para não prejudicar a imagem do País, que, na semana passada, conseguiu vender US\$ 3 bilhões em títulos de 30 anos no mercado americano. Um documento elaborado pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Gustavo Franco, há um mês, portanto, antes do lançamento da histórica operação financeira, defende a imposição de restrições a estados e municípios, bem como a suas empresas e bancos, "tendo em vista, principalmente, o aspecto da imagem do País no exterior".

Trata-se, para o diretor do BC, de "preservar criteriosa estratégia de reinserção do Brasil nos mercados internacionais". A argumentação de Gustavo Franco serviu de base a duas decisões tomadas pela equipe econômica na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ambas ajudaram a erguer um muro entre a poupança externa e todo o setor público brasileiro que não esteja sob o controle da União.

Risco - A primeira decisão exige que bancos estaduais e empresas de propriedade de estados e municípios sejam

obrigados a obter uma classificação de risco, nas agências internacionais, igual ou superior à da União. Se não conseguirem, terão que reservar recursos para eventuais dificuldades de caixa quando chegar a hora de saldar a dívida feita no exterior.

CMN decidiu restringir o endividamento externo de estados e municípios que, no período de um ano, estouraram contas em R\$ 2,85 bilhões

Como a situação fiscal da União, embora seja preocupante, é melhor do que a da maioria dos estados e municípios, a provisão será quase indispensável. Com isso, diminuem automaticamente os recursos à disposição de

governadores e prefeitos para gastos correntes e investimentos.

A segunda decisão do CMN obrigou as estatais estaduais e municipais a se submeterem, previamente, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A CVM, por sua vez, terá que consultar antes o BC sobre os limites de endividamento dos estados e municípios para, só então, autorizar a emissão.

A decisão do Governo Federal, transparente nos argumentos do diretor do BC, procura também alertar o mercado externo e os próprios governadores e prefeitos que a União não dará garantias aos empréstimos tomados pelos demais níveis do setor público. Até porque, segundo raciocinam técnicos do BC, tanto governadores quanto prefeitos ainda devem uma prova maior de esforço para controlar suas contas.

Só para se ter uma idéia do descontrole das finanças de estados e municípios, sem contar os gastos com juros, o Governo Federal gastou apenas R\$ 86 milhões a mais do que arrecadou nos últimos 12 meses, entre maio de 1996 e abril deste ano. No mesmo período, estados e municípios estouraram suas contas em R\$ 2,850 bilhões.